Despacho n.º 12249/2008

Por despacho de 21 de Abril de 2008, por subdelegação do contra-almirante Director do Serviço de Pessoal, promovo por antiguidade ao posto de sargento-ajudante da classe de artilheiros, nos termos da alínea *b*) do artigo 262.º, alínea *c*) do n.º 2 do artigo 174.º e do n.º 3 do artigo 62.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), o 247076, primeiro-sargento A José Palma Costa (supranumerário), a contar de 31 de Agosto de 2007, data a partir da qual lhe conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 49176, sargento-ajudante A António do Nascimento Pesqueira e à direita do 128078 sargento-ajudante A Inácio Luis de Jesus Martins.

21 de Abril de 2008. — O Chefe da Repartição, *José António Peixoto de Queiroz,* capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 12250/2008

Por despacho de 21 de Abril de 2008, por subdelegação do contra-almirante Director do Serviço de Pessoal, promovo por antiguidade, ao posto de cabo da classe de artilheiros, nos termos do artigo 286.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), o 9304500, primeiro-marinheiro A Edgar Nuno Duarte Gil (no quadro), a contar de 11 de Setembro de 2007, data a partir da qual lhe conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga existente no quadro, resultante da passagem à situação de adido ao quadro do 9323999, cabo A Nuno Miguel Santos Orfão.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 9326298, cabo A Tiago Alexandre Rosa Monteiro e à direita do 9310801, cabo A Pedro Emanuel Marques da Silva.

21 de Abril de 2008. — O Chefe da Repartição, *José António Peixoto de Queiroz,* capitão-de-mar-e-guerra.

EXÉRCITO

Comando do Pessoal

Rectificação n.º 963/2008

Passagem à situação de reserva

Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 6682/2008, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 48, de 07 de Março de 2008, a p. 9744, rectifica-se que onde se lê «com a remuneração mensal de 1556,40» deve ler-se «com a remuneração mensal de 925,91».

10 de Abril de 2008. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Comandante do Pessoal, *Eduardo Manuel de Lima Pinto,* tenente-general.

Direcção de Administração de Recursos Humanos

Repartição de Pessoal Civil

Rectificação n.º 964/2008

Por ter sido publicado com inexactidão o Despacho (extracto) n.º 8181/2008, relativamente à transferência da Cozinheira Maria Isabel da Conceição Branco, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Educação do Alentejo para o quadro do Pessoal Civil do Exército, publicado no *Diário da República,* 2.ª Série, n.º 56, de 19 de Março de 2008, na p. 12049, rectifica-se que:

Onde se lê "..... escalão 5, índice 170" deve ler-se "..... escalão 4, índice 170".

21 de Abril de 2008. — O Chefe da Repartição, *José da Silva Pereira Lima,* COR INF.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Aviso n.º 13406/2008

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/99, de 30 de Março, Decreto-Lei n.º 26/2003, de 7 de Fevereiro, Decreto-Lei n.º 76/2004, de 27 de Março, Decreto-Lei n.º 158/2004, de 30 de Junho e da Portaria n.º 101/95, de 2 de Fevereiro, faz-se público que se encontra aberto, a partir desta data e por um período de 20 dias úteis, autorizado por despacho do Director Nacional da Polícia de Segurança Pública, de 11 de Março de 2008, concurso destinado à constituição de reservas de recrutamento para admissão ao 1.º ano do curso de Licenciatura em Ciências Policiais ministrado no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), para o preenchimento das vagas que vierem a ser fixadas até ao termo do prazo de validade. O concurso é válido para a constituição de reservas de recrutamento com vista à admissão e frequência do 1.º ano do curso de Licenciatura em Ciências Policiais, no ano lectivo de 2008/2009, para o preenchimento das vagas que vierem a ocorrer (até ao limite de 25) até 30 de Outubro de 2008.

2 — São condições gerais de admissão ao concurso:

a) Ter nacionalidade portuguesa;
b) Ter menos de 21 anos em 31 de Dezembro do ano em que se efectuar o concurso;
c) Ter pelo menos 1,65m de altura para os candidatos masculinos e 1,60m para os candidatos femininos;
d) Ter aprovação num curso do ensino secundário ou habilitação legalmente equivalente;
e) Realizar a Prova de Ingresso de Português, nas condições previstas pela CNAES com classificação igual ou superior a 100 pontos;
f) Não ter sofrido sanção penal inibidora do exercício da função.

3 — São condições especiais de admissão:

3.1 — Para os elementos da Polícia de Segurança Pública que pertençam à categoria de agente:

a) Pertencer ao quadro com funções policiais e ter à data do concurso pelo menos dois anos de serviço efectivo após o seu ingresso no respectivo quadro;
b) Ter menos de 28 anos em 31 de Dezembro do ano em que se efectue o concurso;
c) Ter comportamento exemplar ou a 1.ª classe de comportamento.

3.2 — Para os elementos da Polícia de Segurança Pública que pertençam às categorias de subchefe ou outras:

a) Ter menos de 35 anos em 31 de Dezembro do ano em que se efectue o concurso;
b) Ter comportamento exemplar ou a 1.ª classe de comportamento.

4 — Documentos a apresentar:

4.1 — Os candidatos não pertencentes aos quadros da PSP devem apresentar:

a) Formulário solicitando a admissão ao concurso;
b) Certidão narrativa do registo de nascimento;
c) Certidão do registo criminal;
d) Documento comprovativo como tem um curso do ensino secundário ou equivalente ou que está a terminá-lo;
e) Comprovativo de como realizou a prova de Português nas condições previstas pela CNAES ou de como está inscrito para a realização da mesma;
f) Documento comprovativo da situação militar;
g) Atestado médico comprovativo da robustez física necessária para a prestação de provas físicas no ISCPSI.

4.1 — 2. Estes documentos podem ser entregues no ISCPSI ou em qualquer unidade da PSP, podendo ser enviados para a Rua 1.º de Maio, n.º 3, 1349-040 Lisboa, com aviso de recepção, até ao termo da data do concurso.

4.2 — Os candidatos pertencentes à PSP são dispensados da apresentação dos documentos das alíneas *b*), *c*), e *f*) do número anterior, devendo os restantes documentos ser enviados através do serviço a que pertencem, acompanhados da Nota de Assentos.

5 — Na avaliação da capacidade para a frequência do curso ministrado no ISCPSI, para além da prova de ingresso de Português, são

fixados pré-requisitos de selecção de natureza funcional, com carácter eliminatório, que são:

a) Provas de aptidão física;
b) Provas de aptidão psicológica;
c) Inspecção médica;
e um pré-requisito de natureza vocacional, não eliminatório que consta de uma entrevista.

5.1 — Os pré-requisitos são os constantes na Portaria n.º 101/95, de 2 de Fevereiro, sendo os candidatos notificados da data da sua realização pelo ISCPSI.
5.2 — Fórmula da nota de candidatura a utilizar é a seguinte:

$$N = \frac{(S \times 50) + (I \times 45) + (Ps \times 5)}{100}$$

em que:

N = nota final de candidatura;
S = classificação final do ensino secundário — 50 %;
I = classificação da prova de ingresso — 45 %;
Ps = classificação do pré-requisito de seriação (entrevista) — 5 %.

5.3 — A relação de candidatos e lista de classificação final serão afixados no ISCPSI.
6 — São causas de exclusão do concurso:

a) Não satisfação das condições previstas no n.º 2;
b) Não apresentação de todos os documentos previstos nos n.os 4.1 e 4.2 dentro dos prazos fixados;
c) Não se apresentem pontualmente no local da realização das provas;
d) Não satisfação dos pré-requisitos de selecção;
e) Não obtenção de uma classificação mínima de 100 pontos na prova de ingresso;
f) Não obtenção de uma classificação mínima de 100 pontos na nota final de candidatura;
g) Tenham sido punidos em qualquer processo penal ou disciplinar contraditório, por factos a que, nos termos do Regulamento Disciplinar da PSP, corresponda a pena de aposentação compulsiva ou de demissão ou tenham sido alistados, por motivos penais, na reserva territorial, nos termos da lei do Serviço Militar;
h) Sejam objectores de consciência.

7 — Constituição do Júri do Concurso:

Presidente — Intendente Ricardo Jorge van Zeller Abreu Matos, Director do ISCPSI em substituição.
1.º Vogal — Intendente Hélder Valente Dias;
2.º Vogal — Subintendente Manuel Domingos Antunes Dias;
3.º Vogal — Subintendente Sérgio Ricardo Costa Chagas Felgueiras;
4.º Vogal — Comissário Pedro Miguel Marques Valente Pinho.

8 — Legislação aplicável ao presente concurso:

Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/99, de 30 de Março, Decreto-Lei n.º 26/2003, de 7 de Fevereiro, Decreto-Lei n.º 76/2004, de 27 de Março, Decreto-Lei n.º 158/2004, de 30 de Junho, e Portaria n.º 101/95, de 2 de Fevereiro".

7 de Abril de 2008. — O Director, em substituição, *Ricardo Jorge van Zeller Abreu Matos,* intendente.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 13407/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 10 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Adele Gordon, natural de Springs, República da África do Sul, de nacionalidade sul-africana, nascida a 31/07/1944, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

18 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Aviso n.º 13408/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Valéria Maurício Lopes de Magalhães, natural de Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida a 28/04/1955, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Aviso n.º 13409/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Bineta Sock, natural de Pout, República do Senegal, de nacionalidade senegalesa, nascida a 07/06/1974, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Aviso n.º 13410/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Paulo Miguel Martinho, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido a 07/09/1971, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 13411/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Titova Seidi, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 08/09/1981, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Aviso n.º 13412/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Francisca Lazara Vieira, natural de Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida a 09/03/1957, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Aviso n.º 13413/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria do Carmo da Costa Bandeira Torres, natural de Santa Filomena, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascida a 11/10/1936, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

21 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Aviso n.º 13414/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa,